



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

LEI Nº 858/1982

Que dispõe sobre a contagem de tempo de atividade privada, para efeito de aposentadoria no Serviço Público Municipal, nos termos das Leis Federais nº 6226 de 14 de julho de 1975, com as alterações da Lei nº 6864 de 1 de dezembro de 1980.

O Povo do Município de Passa Quatro, por seus representantes, aprovou e eu em seu nome sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Os servidores públicos da Administração Municipal Direta, das Autarquias e Câmara Municipal que houverem completado 5 (cinco) anos de efetivo exercício, terão computado para efeito de aposentaria por invalidez, por tempo de serviço e compulsória (na forma da legislação pertinente), o tempo de serviço prestado em atividade vinculada ao regime da Lei n.º 3807 de 26 de agosto de 1960 e legislação subsequente.

Parágrafo único. O tempo de serviço, de que trata este artigo, é provado por certidão fornecida pelo Instituto Nacional de Previdência Social – INPS.

Art. 2º Para os efeitos desta lei, o tempo de serviço será computado de acordo com a legislação permitente, observadas as seguintes normas:

I – não será admitida a contagem de tempo de serviço em dobro ou em outras condições especiais;

II – é vedada a acumulação de tempo de serviço público com o de atividade privada, quando concomitante;

III – não será contado, pela Prefeitura, o tempo de serviço que já tenha servido de base para concessão de aposentadoria pela Previdência Social;

IV – o tempo de serviço, anterior ou posterior à filiação obrigatória à Previdência Social, dos segurados, empregadores, empregados domésticos, trabalhadores autônomos, e o de atividade dos religiosos de que trata a Lei n.º 6696 de 8 de outubro de 1979, somente será contado se for recolhida a contribuição correspondente ao período de atividade, com os acréscimos legais na forma da legislação previdenciária.

Art. 3º A aposentadoria por tempo de serviço, com aproveitamento da contagem de que trata esta Lei somente será concedida ao servidor público municipal que venha a completar 35 (trinta e cinco) anos de serviço, ressalvadas as hipóteses de redução previstas na Constituição Federal.

Parágrafo único. O servidor público municipal para gozar os efeitos desta lei, terá que apresentar um tempo de efetivo exercício de, no mínimo, 10 (dez) anos comprovados.

Art. 4º As aposentadorias resultantes da contagem de tempo de serviço previstas nesta Lei serão concedidas e pagas pelos cofres municipais e requeridas por seus servidores e seu valor será calculado na forma da legislação pertinente.



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

Art. 5º A contagem de tempo de serviço prevista nesta Lei não se aplica às aposentadorias já concedidas.

Art. 6º Revogadas as disposições em contrário, entrando esta lei em vigor na data de sua publicação.

Passa Quatro, 20 de fevereiro de 1982.

Ary José Chicarino Varajão
Prefeito Municipal

Pedro Mossri
Secretário